

Associação Solidariedade Social de

Basto

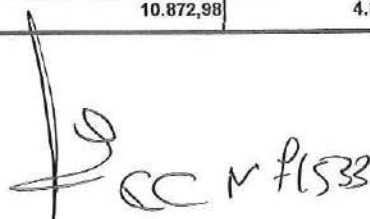
Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

A09 Associação Solidariedade Social de Basto
4890
509420982

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		147.554,14	134.700,69
Subsídios,doações e legados à exploração		881.610,76	865.372,77
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		136.619,44	131.068,07
Fornecimentos e serviços externos		174.574,35	178.932,45
Gastos com o pessoal		685.879,57	685.759,94
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		146.648,38	139.494,27
Outros gastos e perdas		23.817,45	1.335,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		154.922,47	142.471,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		120.385,40	127.261,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.537,07	15.210,20
Juros e rendimentos similares obtidos			3,05
Juros e gastos similares suportados		20.414,09	10.180,84
Resultado antes de impostos		14.122,98	5.032,41
Imposto sobre o rendimento do período		3.250,00	207,41
Resultado líquido do período		10.872,98	4.825,00

Balanço (SNC ESNL)

A09 Associação Solidariedade Social de Basto

4890

509420982

Anual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.077.989,43	2.196.128,79
Bens património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		853,32	1.724,38
Investimentos financeiros		15.679,17	13.014,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Activo corrente			
Inventários		1.980,24	2.701,51
Clientes		11.716,45	13.390,77
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		113.281,22	260.315,24
Diferimentos		1.819,88	2.326,90
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		28.321,91	32.050,25
Total do activo ...		2.251.641,62	2.521.652,20
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		825,00	825,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		560.149,59	569.592,88
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.262.860,05	1.391.533,40
Resultado líquido do período		10.872,98	4.825,00
Total do fundo de capital...		1.834.707,62	1.966.776,28
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		183.333,44	223.333,45
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores		55.944,49	63.571,35
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		17.563,53	6.879,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		12.658,51	220.427,00
Outras contas a pagar		147.434,03	40.664,35
Outros passivos financeiros			
Total do passivo...		416.934,00	554.875,92

Balanço (SNC ESNL)

A09 Associação Solidariedade Social de Basto

4890

509420982

Atual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		2.251.641,62	2.521.652,20



Anexo

1. Identificação da Entidade

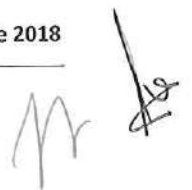
A “Associação Solidariedade Social de Basto” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação/IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º 21 de 25/01/2000, Série III, com sede em “Urbanização de S. Silvestre, Gémeos, Celorico de Basto”. Tem como actividades “Centro de reinserção social e profissional, Centros de dia, Apoio Domiciliário, actividade de tempos livres, centros de formação profissional, creches, jardins de infância, clubes de jovens, centros de convívio, lares e residências seniores, centros de actividades ocupacionais para deficientes, lar residencial e residência autónoma, criação de infra-estruturas destinadas á hotelaria e restauração ” para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Apoiar crianças e jovens
- Apoiar as famílias
- Proteger os cidadãos na velhice e na invalidez
- Proteger e apoiar as pessoas portadoras de deficiência
- Promover a educação e a formação profissional

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11 e 18) e "*Diferimentos*" (Nota 12)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

"Sem aplicação"

3.2.3. Propriedades de Investimento

"Sem aplicação"

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Associação é detentora de 30% do capital da empresa Qualidade Social Serviços sociais e Hotelaria, Lda.

À data atual a Associação regista um crédito sobre a Qualidade Social no montante de 25 961,14€. Foi considerado nas contas da associação os custos com cedência pessoal por parte da qualidade social no montante de 21 029,34€

"A entidade não se encontra obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas nos termos do art.6º do Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, aplicável por remissão do nº1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março."

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados pelo custo de aquisição.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

"Sem aplicação"

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes/Utentes e outras contas a Receber

Os "Clientes/Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

À data a associação tem um financiamento a médio longo prazo no Novo Banco, com o montante em dívida de 183 333,44€.

Locações

À data a Associação não tem qualquer contrato de locação.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui o IRC e as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "55" e em 31/12/2017 foi de "51".

6. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

7. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.


7.1. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Administração em 30 de Abril de 2019.

Celorico de Basto,

Contabilista Certificado


Administração


Parecer do Conselho fiscal

Exercício do ano de 2018

Deves
[Handwritten signature]
7/1/2018

Caros Associados

No cumprimento do mandato que V. Exas nos conferiram e no estreito desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vimos pelo presente, submeter à apreciação dos senhores Associados o nosso parecer, que emitimos com base, no exame efectuado ao relatório e às contas anuais, bem como, resultado do acompanhamento das actividades ao longo do exercício de 2018, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da direcção a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira, transparente e apropriada a posição financeira da Associação de Solidariedade Social de Basto, o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa Responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

AMBITO

Este parecer tem como base as conclusões de actividade fiscalizadora, efectuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transacções mais significativas e da respectiva

documentação de suporte, a partir de balancetes e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direcção.

Verificamos a exactidão e conformidade das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018 incluídas no relatório e contas de 2018 da Associação de Solidariedade Social de Basto elaboradas pela Direcção.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Associação de Solidariedade Social de Basto em 31 de Dezembro de 2018 e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assim, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar, o relatório e as contas do ano de 2018 apresentados pela Direcção.

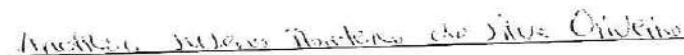
Celorico de Basto, 29 de Abril de 2019

O Presidente



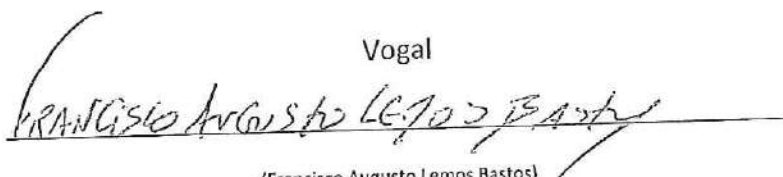
(Adriano Joaquim Teixeira Marinho)

Vogal



(Andreia Susana Monteiro da Silva Oliveira)

Vogal



(Francisco Augusto Lemos Bastos)

Ata N ° 4/ 2019	Ata da Reunião Ordinária da Direção da Associação de Solidariedade Social de Basto em 16 de Abril de 2019
--------------------	---



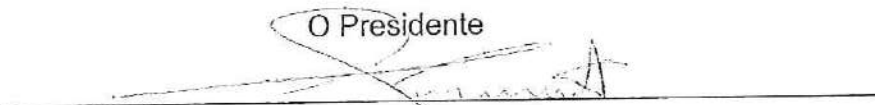
Aos dezasseis dias do mês de Abril de 2019, quando eram 18.30h, na sede da Associação de Solidariedade Social de Basto, deu-se início à reunião da Direção, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1-Apresentação e aprovação do relatório de contas de 2018-----

Foi apresentado pelo presidente da direção o relatório de contas referente a 2018, onde foi realçado o bom desempenho financeiro da instituição apesar de algumas vicissitudes, designadamente os fortes atrasos no recebimento de verbas associadas ao CLDS. Colocado à votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.-----

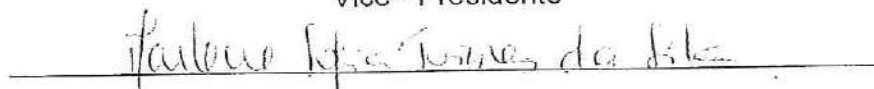
E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros presentes.-----

O Presidente



(Joaquim Monteiro da Mota e Silva)

Vice - Presidente



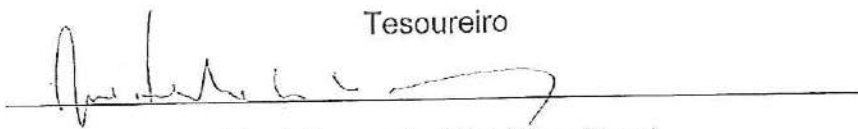
(Marlene Sofia Torres da Silva)

Secretário



(Artur Justiniano Gonçalves Bastos)

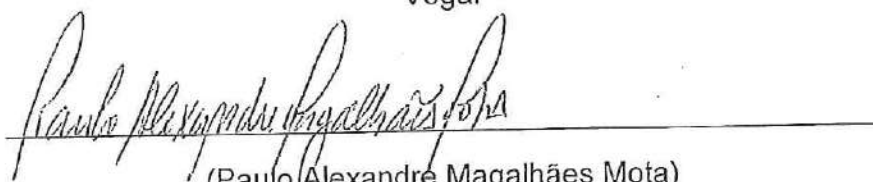
Tesoureiro



(José Fernando Dias Vilas Boas)

17/12
M

Vogal



(Paulo Alexandre Magalhães Mota)

Ata N º 1/ 2019	Associação de Solidariedade Social de Basto
29.04.2019	Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal


Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2019, na sala de reuniões da Associação de Solidariedade Social de Basto, com Sede na Rua dos Combatentes do Ultramar, nº 28, União de Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe, concelho de Celorico de Basto, sob a presidência de Adriano Joaquim Teixeira Marinho, estando presentes os restantes membros, Andreia Susana Monteiro da Silva Oliveira e Francisco Augusto Lemos Bastos, reuniu ordinariamente o Conselho Fiscal da Associação de Solidariedade Social de Basto, tendo como ponto único a análise e parecer ao relatório de contas, relativo ao exercício de 2018.-----

O Presidente do Conselho Fiscal começou por apresentar os documentos contabilísticos relativos ao ano de 2018, fazendo ênfase ao aumento das vendas e prestação de serviços e á redução dos custos ao nível dos fornecimento e serviço externos, verificou-se uma estabilidade na rubrica de custos com pessoal, e um ligeiro aumento na rubrica CMVMC, sendo de realçar de igual modo a contínua apresentação de resultados positivos, mesmo atendendo ao elevado valor que as amortizações representa na performance da instituição. Finalmente foi salientado por todos os presentes, o excelente trabalho desenvolvido pela Direção da Associação, quer ao nível do rigor financeiro, quer pela crescente diversidade de atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Associação de Solidariedade Social de Basto.-----

Depois de discutidos e analisados os documentos, foi, aprovado por unanimidade o relatório de contas referente ao ano de 2018.-----

E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.-----

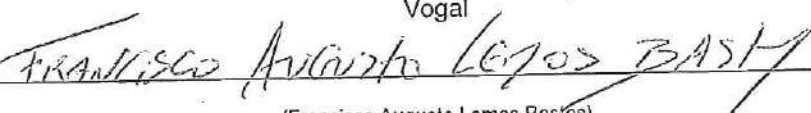
O Presidente


 (Adriano Joaquim Teixeira Marinho)

Vogal


 (Andreia Susana Monteiro da Silva Oliveira)

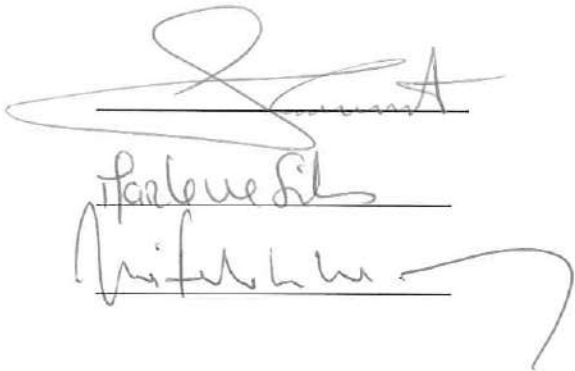
Vogal


 (Francisco Augusto Lemos Bastos)

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Associação Solidariedade Social de Basto ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2018 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <http://www.associalbasto.pt/>, em 21 de junho 2019.

Os órgãos de administração:



Three handwritten signatures are present, each written over a horizontal line. The top signature is a large, stylized cursive mark. The middle signature is more legible, appearing to read 'Paulo Silva'. The bottom signature is also cursive and less legible.